

Avaliação do SAEPE e a Contribuição da Formação Continuada de Professores para a Educação no Estado de Pernambuco

Lucia Angela Macêdo França¹

RESUMO

Neste texto, intenciona-se fazer uma análise sobre o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) e a importância das Formações Continuadas para Professores para uma contribuição positiva nos resultados da avaliação em larga escala. O período histórico analisado tem um recorte dos anos 2017, 2018 e 2019 no componente curricular de Língua Portuguesa, tomando como base o 3º ano do ensino médio, por se entender que os estudantes, encerrando a educação básica, estejam dentro da média estabelecida pelo sistema. As informações usadas na análise tiveram base nas Revistas do SAEPE, e os dados produzidos estão organizados por participação dos estudantes na avaliação, proficiência média e padrão de desempenho. Os resultados demonstraram claramente a necessidade de mais investimentos na educação, especialmente nas formações continuadas de professores, uma vez que essa política pública é importante para a aprendizagem dos estudantes, refletindo positivamente nos resultados das avaliações.

Palavras-chave: Sistema de Avaliação. Formação Continuada. Educação Básica. Política Pública.

ABSTRACT

This text intends to analyze the Educational Evaluation System of Pernambuco (SAEPE) and the importance of Continuing Education for Teachers for a positive contribution to the results of the large-scale evaluation. The historical period analyzed has a cutting of the years 2017, 2018 and 2019 in the curricular component of Portuguese Language, based on the 3rd year of high school, as it is understood that the students, closing basic education, are within the average established by the system. The information used in the analysis were based on SAEPE Magazines, and the data produced are organized considering students' participation in the assessment, average proficiency, and performance standard. The results clearly demonstrated the need for more investments in education, especially in continuing teacher training, as this public policy is important for the learning of students which reflects positively on the evaluation results.

Keywords: Evaluation System, Continuing Education, Basic Education, Public Politics.

¹ Professora/Especialista da Equipe Técnico-Pedagógica da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Especialização em Cartografia Aplicada ao Geoprocessamento – Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: lucia-angela@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para se obter um panorama geral da educação de um país que pretende oferecer uma educação de qualidade, justa e igualitária a seus cidadãos, busca-se encontrar mecanismos capazes de identificar os obstáculos que impedem o sucesso escolar. É fundamental conhecer os problemas onde eles ocorrem: neste caso, a escola. Assim, torna-se necessário utilizar avaliações periódicas, que fazem uma radiografia da realidade e mostrem os empecilhos gerados no ambiente escolar, subsidiando as ações que possibilitam corrigir os problemas diagnosticados. Nesse contexto, surgem, então, as avaliações externas no Brasil.

Atualmente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) monitora diversas avaliações, entre elas o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Este último tem o objetivo de medir o desempenho dos estudantes em Matemática e Língua Portuguesa, por meio de avaliações padronizadas, buscando a melhoria da qualidade da educação.

Alguns estados brasileiros criaram seus sistemas avaliativos na perspectiva de obter informações detalhadas – por escola, turma e estudante –, tendo em vista um planejamento de ações adequadas a sua realidade para a melhoria do ensino. O Ceará (1992) e São Paulo (1996) desenvolveram seus processos avaliativos, denominados: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE) e Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) respectivamente (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 377, 380).

Paralelamente, no ano de 2000, os estados de Pernambuco e de Minas Gerais apresentaram seus sistemas de avaliação: o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE (BONAMINO; SOUSA (2012, p. 382) e o Sistema de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE – cujos objetivos eram obter informações detalhadas por escola, turma e estudante, a fim de permitir um planejamento de ações viável e eficaz à melhoria do ensino em todo o Estado (FRANCO; CALDERÓN, 2017, p.141).

Visando compreender melhor o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco, doravante SAEPE, sobreveio a ideia de propor um estudo acerca da importância das Formações Continuidadas para os professores da rede estadual, que possibilitem uma contribuição positiva nos resultados das avaliações em larga escala, em paralelo ao referido sistema de avaliação.

As Formações Continuidadas desenvolvidas pela equipe técnico-pedagógica da Gerência de Políticas Educacionais do Ensino Médio (GPEM) sempre revelaram, em suas discussões, a preocupação existente, dentro da escola, de melhorar tanto a aprendizagem dos estudantes quanto o desempenho dos professores e da equipe gestora, por meio do uso metodologias que facilitassem uma aprendizagem significativa e contemplasse uma melhor práxis na sala de aula. Uma das maneiras de se analisar esse processo são as avaliações externas, a exemplo do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes – PISA, que classifica as aprendizagens dos estudantes e seus países de origem, revelando uma educação de qualidade ou não.

Os resultados obtidos pelo PISA na avaliação realizada em 2018, apresentados no quarto trimestre de 2019, mostram que a classificação do Brasil está entre o 58º e o 60º lugar em leitura, 66º e 68º em ciências, e 72º e 74º em matemática, colocando-o

entre os piores nesse setor. O SAEB reforça a necessidade de grandes investimentos na educação, de acordo com as informações obtidas em 2019, quando esses resultados não foram satisfatórios, diante das seguintes informações: no ensino fundamental a classificação ficou abaixo da meta fixada para a etapa, qual seja, 5,2; no ensino médio, passou de 3,8 para 4,2, ficando, também, abaixo da meta, que era 5,0.

Nesta discussão, compreende-se que a preparação dos professores é um fator importantíssimo para a melhoria da educação, pois é capaz de transformar as práticas nas salas de aula, atendendo as necessidades dos estudantes e definindo, assim, uma aprendizagem significativa, finalizando com um resultado positivo nas avaliações.

Com a implantação das Avaliações em Larga escala, em 1990, a consolidação da LDB/96 e a adesão das Secretarias estaduais e municipais, tornou-se mais evidente a necessidade de implementação de políticas que visam à melhoria da qualidade do ensino no Brasil. No Estado de Pernambuco, foram desenvolvidos programas e projetos que redimensionaram a educação, entre os quais se destacam: os Parâmetros Curriculares para a Educação Básica (PCN) e a Base Curricular Comum (BCC); os Cadernos de Ações e Cadernos de Orientações para Fortalecimento da Aprendizagem e a Formação Continuada para Professores da Educação Básica do Estado. O objetivo era, sobretudo, qualificar os professores para um trabalho focado em aprendizagens significativas, tendo em vista a formação da cidadania do estudante, que provocasse um resultado positivo nas avaliações em larga escala. Nesse sentido, tornaram-se de fundamental importância as Formações Continuadas em serviço.

A análise deste artigo tem como base os resultados do SAEPE, que está em vigor desde 2000 até o período atual. O 3º ano do Ensino Médio foi o selecionado, por se tratar de um ano/série final da Educação Básica e, para a presente análise, foi realizado um recorte dos anos de aplicação – o triênio 2017, 2018 e 2019 – do resultado geral da rede estadual de Pernambuco, considerando os resultados de Língua Portuguesa. A escolha desse componente curricular se deve ao fato de ser ele uma referência para a análise, por ter um maior número de horas-aulas no contexto escolar. Supõe-se, neste caso, uma média avaliativa elevada, que deverá espelhar nos resultados das avaliações externas, cujos dados estão publicados no Portal do SAEPE na Revista do Sistema², na qual se investigam os dados de proficiência e desempenho dos estudantes, através de indicadores que apresentam diferentes resultados da avaliação ano a ano.

Por ser Servidora Pública³ da Secretaria de Educação de Pernambuco, no cargo de Professor em função Técnico-Pedagógica, trabalhando no monitoramento das escolas no que diz respeito às Formações Continuadas de Língua Portuguesa e de Matemática, pude perceber a necessidade da leitura e da interpretação dos dados relacionados ao padrão de desempenho, associados aos descritores da matriz curricular do SAEPE, buscando apresentar os conhecimentos adquiridos neste trabalho, com a intenção de contribuir para melhorar os níveis da educação básica no Estado.

Considerando a importância do tema a ser analisado, pretende-se trabalhar por seções, onde serão tratados os temas em três tópicos: no primeiro, a Historicidade da Avaliação em Larga Escala, apresentando as avaliações adotadas no sistema educacional brasileiro; no segundo, será apresentado o SAEPE como principal sistema avaliativo do Estado de Pernambuco; e no terceiro, serão analisados os resultados da

² <http://www.seape.caedufff.net/>

³ Optou-se por trazer na primeira pessoa do singular o trecho em que a autora apresenta sua relação com o tema proposto.

avaliação do SAEPE e o papel da Formação Continuada para professores no Estado e as consequências desse procedimento para a educação.

2. Historicidade da Avaliação em Larga Escala no Brasil

No ambiente escolar, avaliar é uma tarefa que requer muita atenção e compromisso, geralmente apenas de um agente – o professor –, que avalia o conhecimento, as atitudes e habilidades do aluno. No entanto, o professor tem que seguir critérios e princípios que os orientam na execução da atividade. Assim, Fernandes afirma que “a avaliação é, portanto, uma atividade que envolve legitimidade técnica e legitimidade política na sua realização” (2007, p. 17).

Segundo Luckesi, “Avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão” (2002, p.33). Pode-se, então, dizer que a avaliação educacional tem, como pressuposto, gerar informações para que se possa compreender a realidade e promover ações em benefício da sociedade na qual está inserida.

É, portanto, com esse pensamento, que a avaliação se integra ao processo educativo, tornando-se uma condução na prática pedagógica dos professores, ajudando-os no planejamento de ações com a finalidade de se obter ações exitosas no ensino-aprendizagem dos estudantes.

Na década de 1930, já apareciam as primeiras intenções do Estado em usar as avaliações para o planejamento educacional, porém, apenas nos anos 1990 é que a avaliação externa e de larga escala se incorpora de forma sistemática ao planejamento, políticas, práticas educacionais e governamentais na educação básica visando à melhoria da qualidade de ensino, gerando informações sobre os resultados e o desempenho dos sistemas educativos (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 376).

Assim, o primeiro momento sobre a discussão da implementação das avaliações externas, que se concretizou nos anos 90, teve seu êxito graças à promulgação da constituição cidadã, como pode-se confirmar:

Com a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, o Brasil se compromete com os princípios da qualidade educacional e prevê, no seu art. 214, a elaboração do Plano Nacional de Educação, com duração decenal, com o fito de integrar as ações dos entes federados para viabilizar a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica do País e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, o PIB. (NETO ALEXANDRE, 2015, p. 03).

Sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP-MEC, surge o SAEB cujo objetivo é realizar avaliações externas, a fim de diagnosticar e relacionar fatores que interferem na educação básica. Essas avaliações são aplicadas de dois em dois anos nas redes pública e privada, através de testes e questionários (por amostragem), onde são recolhidos os dados que demonstram a aprendizagem dos estudantes nesse sistema.

Dos resultados avaliados, são obtidas informações indicativas da qualidade do ensino brasileiro que fornecem evidências para a elaboração e monitoramento de políticas públicas. No ano de 1995, foi feita uma reformulação, atualizando a

metodologia, incluindo a rede particular de ensino; a adoção da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que permite a análise do desempenho e da proficiência dos alunos nos itens respondidos; a opção de trabalhar com as séries finais dos ciclos; priorização das áreas de conhecimento; participação das 27 unidades federativas; aplicação de questionários para os alunos sobre características socioculturais e hábitos de estudos. A partir da introdução dessas inovações, o Saeb tornou comparáveis os desempenhos dos alunos entre os anos e as séries e, também por ser de base amostral, não oferece muita interferência nas escolas e no currículo escolar (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 377).

A Tabela 1 apresenta o papel de cada avaliação que compõe o SAEB:

Tabela 1 – Demonstração do papel de cada avaliação que compõe o SAEB.

	ANEB	PROVA BRASIL (ANRESC)	ANA
PÚBLICO-ALVO	Estudantes do 5ºano e 9ºano do Ensino Fundamental; Estudantes do 3º ano do Ensino Médio.	Estudantes do 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental.	Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental.
REDE	Pública e Privada.	Pública.	Pública.
NATUREZA	Amostragem.	Censitária.	Censitária.
PERIODICIDADE	A cada 2 anos.	A cada 2 anos.	Anual.
O QUE AVALIA	- Habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura); - Matemática (foco na resolução de problemas); - Ciências (apenas para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.	- Habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura); - Matemática (foco na resolução de problemas); - Ciências (apenas para os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.	Nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa; - Nível de alfabetização Matemática; - Condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.
OBJETIVOS	Avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira.	Avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira.	Avaliar os níveis de alfabetização das redes públicas.

Fonte: Neto Alexandre (2015, p. 8)

Em 2005, o SAEB é reestruturado com o objetivo de promover a avaliação da educação básica, garantindo a qualidade e a universalização do acesso à escola. Na tabela 1, são apresentados os papéis de cada avaliação nesse processo (NETO ALEXANDRE, 2015, p. 08), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), pela Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Em 2007, o Inep cria o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), reunindo dois conceitos importantes para traçar as metas de qualidade no sistema educacional: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Os resultados das médias de desempenho nas avaliações e o fluxo escolar, composto pelas taxas de aprovação, reprovação e evasão de cada escola, através do Censo Escolar, servem como base de cálculo para um indicador da qualidade da educação proferida nos estados brasileiros.

Segundo Neto Alexandre (2015), o índice é de grande valia, uma vez que, particularmente no Brasil, conseguimos resolver a questão do acesso à escola, mas ainda não equacionamos o problema da permanência, pois os índices de evasão e repetência permanecem altos.

Contudo, essas avaliações da educação básica, com base amostral, não demonstravam, para os Estados e Municípios, os resultados por escolas, surgindo paralelamente às avaliações do SAEB, os Sistemas Estaduais de Avaliação, como o SPAECE (Ceará) e o SARESP (São Paulo). Seguindo esse caminho, vários estados adotaram este Sistema, sendo 14 Unidades Federativas até 2007 (LOPES, 2007 apud BONAMINO; SOUSA, 2012, p.377).

2.1 - A avaliação do SAEPE no Estado de Pernambuco, sua importância para a gestão escolar na implementação das políticas públicas

O papel da avaliação em larga escala é assegurar informações que garantam, aos estudantes, seu direito à educação nas escolas públicas, fazendo com que esse direito seja viabilizado e monitorado com o acompanhamento periódico de suas aprendizagens, através de seus desempenhos no nível das competências e habilidades que são essenciais à escolaridade, ao longo do processo educativo. Nesse processo, também é avaliado, além dos estudantes, a escola, a gestão, os professores e o Projeto Político Pedagógico (PPP), com a intenção de “implementar medidas corretivas” (SILVA; SANTOS, 2019, p. 316), a fim de minimizar as desigualdades, elevando a eficiência da escola.

O direito de aprender da criança e dos jovens, a permanência na escola e os padrões de qualidade e equidade na educação dos brasileiros, estão assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 de 20/12/1996. É dever da família e do Estado garantirem, com a colaboração da sociedade, o desenvolvimento da pessoa, como também, uma educação gratuita e de qualidade que favoreça ao exercício pleno da cidadania e do trabalho.

Diante do exposto, sabe-se que as avaliações externas, em nível nacional, não estavam atendendo ao propósito de diagnosticar, precisamente, as causas dos problemas que impediam o estado de ofertar e a população, de receber, uma educação de qualidade.

Visando a uma adequação da situação pontuada, o estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação, implementou, no ano 2000, o SAEPE. Este configura-se com testes de desempenho em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática, para estudantes do 3º ano, 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, das redes estadual e municipais (PERNAMBUCO, 2011, p. 12).

Nos anos 2000, 2002 e 2005 foram mantidas as mesmas configurações das avaliações, sendo avaliados mais de um milhão de estudantes. Na Tabela 2, é feita a demonstração do atendimento do SAEPE nestes citados anos:

Tabela 2 – Trajetória do SAEPE (2000 a 2005), apresentando as disciplinas e séries avaliadas, associadas a abrangência e participantes.

2000	2002	2005
Disciplinas e Séries Avaliadas		
Língua Portuguesa (leitura e escrita): 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa (leitura e escrita): 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa (leitura e escrita): 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental
Língua Portuguesa (leitura), Ciências e Matemática: 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa (leitura) e Matemática: 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa (leitura) e Matemática: 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental
Língua Portuguesa (leitura) e Matemática: 3º ano do Ensino Médio.	3º ano do Ensino Médio	3º ano do Ensino Médio
Abrangência		
Todas as escolas da rede estadual, escolas municipais de 68 municípios.	Todas as escolas da rede estadual, escolas municipais de 184 municípios.	Todas as escolas da rede estadual, escolas municipais de 184 municípios.
Participantes		
Estudantes	Estudantes	Estudantes

Fonte: Boletim do SAEPE vol.1/2010, p. 14.

Segundo Santos e Silva (2019), no ano de 2005, o SAEPE adotou a Teoria de Resposta ao Item (TRI) e a Escala de Avaliação do SAEB (SAEB-INEP/MEC).

O Sistema de avaliação é reestruturado em 2008 e ganha periodicidade anual, registrando aumento na participação dos estudantes, sendo isso importante para o diagnóstico, que retrata, o mais fielmente possível, a realidade das escolas no Estado.

Em 2016, o programa faz uma pequena alteração: passa a avaliar o 2º ano do ensino fundamental (Tabela 3), a fim de obter “informações sobre o desenvolvimento do processo de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática a tempo de desenvolver as ações necessárias para ajustes durante o ciclo” (PERNAMBUCO, 2017, p. 09).

Na Tabela 3, é apresentado o desenho de avaliação do SAEPE:

Tabela 3 – Desenho de avaliação – SAEPE 2017 – apresentando a inclusão do 2º ano do ensino fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Etapa	Ano	Tipo de Ensino	Rede(s) Avaliada(s)	Disciplinas Avaliadas
Ensino Fundamental	2º ano	Geral	Estadual/Municipais	Língua Portuguesa/ Matemática
	5º ano	Geral	Estadual/Municipais	
	9º ano	Geral	Estadual/Municipais	
Ensino Médio	3º ano	Integral	Estadual	
		Regular	Estadual/Municipais	
		Semi-integral	Estadual	
		Técnico	Estadual	
	Normal Médio	Integral	Estadual	
		Regular	Estadual	
Semi-Integral		Estadual		

Fonte: Revista do Sistema – SAEPE 2017, p. 9.

Além do SAEPE, as escolas estaduais contam com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE), que coleta informações sobre as condições socioeconômicas e culturais dos estudantes, professores e equipe de gestão escolar.

Segundo Bonamino e Sousa, o IDEPE tem como objetivos:

- **“Produzir informações** sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais;
- **Monitorar o desempenho dos estudantes** ao longo do tempo, como forma de avaliar continuamente o projeto pedagógico de cada escola, possibilitando a implementação de medidas corretivas quando necessário;
- **Contribuir diretamente para a adaptação das práticas de ensino** às necessidades dos alunos, diagnosticadas por meio dos instrumentos de avaliação;
- **Associar os resultados da avaliação às políticas de incentivo** com a intenção de reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia da escola;
- **Compor, em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o IDEPE”** (2012, p. 382).

Assim, considerando os resultados obtidos pelo SAEPE e pelo Censo Escolar, eles são usados para definir as metas a serem alcançadas pela educação no Estado. Nesse caso, as escolas devem se empenhar para melhorar as médias de proficiência dos estudantes e a média da taxa de aprovação para elevar o IDEPE. Tais cálculos são baseados na mesma metodologia do IDEB. Os resultados são compartilhados com as escolas e Secretaria de Educação, sendo estes determinantes para a concessão do Bônus de Desempenho Educacional (BDE) às escolas que cumprem suas metas.

3. A influência do SAEPE nas práticas pedagógicas, na gestão escolar, no PPP e o papel das formações continuadas para os professores, como política pública que reflete na aprendizagem significativa e nos resultados da avaliação

Um novo processo tem início, na educação, com a divulgação dos resultados das avaliações em larga escala, precisamente, do SAEPE, que representa a leitura e análise dos resultados, pelas secretarias estadual e municipais de educação, equipe gestora da escola e pelos professores, para se apropriem dos resultados. É importante que estes agentes reflitam qual é a melhor intervenção pedagógica que possa influenciar positivamente no funcionamento da rede educacional, das escolas, do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Currículo, que se adeque a realidade e garanta para os estudantes uma educação de qualidade. (BLASIS, 2013, p. 255).

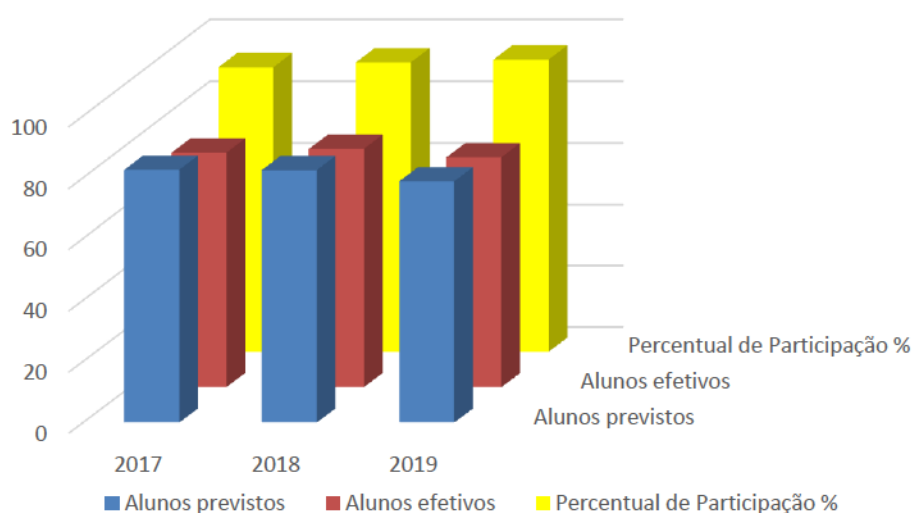
O SAEPE publica os resultados das avaliações numa plataforma que foi reformulada em 2020. Trata-se de um ambiente virtual de divulgação e aprendizagem, que objetiva contribuir com os atores educacionais, para que possam fazer um diagnóstico seguro da qualidade da educação no estado de Pernambuco. O acesso às informações da plataforma pode ser feito através da parte pública, onde estão editadas as coleções dos resultados em diferentes volumes. São elas: Revistas do Professor, Revista do Gestor Escolar, Revista do Sistema de Avaliação e Revista Contextual.

Para a elaboração da análise dos resultados do SAEPE, foi pesquisada a Revista do Sistema de Avaliação nos anos de 2017, 2018 e 2019, dos 3ºs anos do Ensino Médio,

no componente curricular de Língua Portuguesa. Os dados produzidos pelo sistema são elaborados com a metodologia da Teoria Clássica dos Testes (TCT) e a Teoria de Respostas ao Item (TRI), a partir das matrizes de referência onde estão definidas as competências e habilidades que os estudantes devem demonstrar nas avaliações. Os resultados estão organizados da seguinte forma: participação dos estudantes (alunos efetivos e alunos previstos) na avaliação, proficiência média e padrões de desempenho. Os dados analisados estão dispostos em gráficos que demonstram os resultados das avaliações realizadas. Nos “anexos” deste trabalho estão as tabelas dos dados correspondentes aos gráficos e as figuras como o mapa de Pernambuco que oferece uma panorâmica sobre os níveis de desempenho por município dos anos analisados.

No Gráfico 1 é apresentada a participação dos estudantes no SAEPE, nos anos 2017, 2018 e 2019, em Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio

Gráfico 1 – Participação dos estudantes na avaliação do SAEPE de 2017, 2018 e 2019 de Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio.



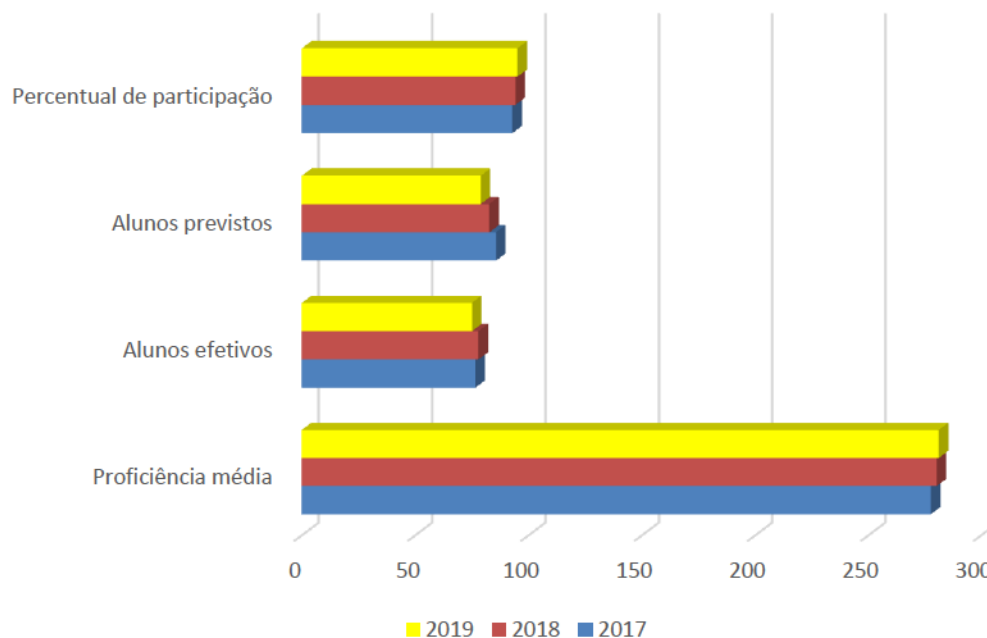
Fonte: Revista do Sistema – SAEPE 2019, p.35.

No Gráfico 1, é possível perceber que a frequência nas avaliações é positiva, pois ultrapassa os 80% do esperado para se medir a proficiência média no período, aumentando de um ano para outro. Entre os anos de 2017 e 2018, a frequência aumenta de 92,6 para 94,2. Entre 2018 e 2019, percebe-se um aumento considerável na participação dos estudantes, que passou de 94,2 para 95,1; entre 2017 e 2019, as participações foram de 92,6 para 95,1. É observada, no período estudado, uma participação bastante significativa nas avaliações. Esse aumento pode estar vinculado aos programas de incentivo para os estudantes da rede pública de ensino, entre os quais destacam: o Jovem Aprendiz; Ensino Integral nas Escolas de Referência para o Ensino Médio (EREM); o Prevupe (curso pré-vestibular da Universidade de Pernambuco – UPE) e o Enem com os simulados. Cabe dizer que, para participar dessas ações, o aluno precisa estar frequentando a escola.

No Gráfico 2, é apresentado o resultado geral em relação a Proficiência Média e Participação dos estudantes (alunos efetivos e alunos previsto) e Percentual de

Participação na avaliação do SAEPE 2017, 2018 e 2019 do 3º ano do Ensino Médio do componente curricular de Língua Portuguesa.

Gráfico 2 – Resultado geral em relação a Proficiência Média e Participação dos estudantes e Percentual de Participação na avaliação do SAEPE 2017, 2018 e 2019 do 3º ano do Ensino Médio do componente curricular de Língua Portuguesa.



Fonte: Revista do Sistema SAEPE: PERNAMBUCO, 2017, p.24; PERNAMBUCO, 2018, p.11; PERNAMBUCO, 2019, p.11

Observa-se, no Gráfico 2, que a participação dos estudantes, no ano de 2017, é considerada significativa (92,6%) e a proficiência média nesse referido ano é de 277,7. Neste caso, a frequência pouco influenciou no resultado do desempenho dos alunos. Esse fato é bem avaliado por Fernandes e Gremaud (2009, p.13), que explicitam alguns fatores que impedem uma correlação positiva, isto é, participação x proficiência no mesmo patamar. Para o ano de 2018, a participação dos estudantes na avaliação é de 94,2% dos alunos previstos e a proficiência média é de 280,3, registrando um aumento na correlação dos itens de proficiência x participação.

Em 2018, o padrão de desempenho do nível Elementar I baixou em relação a 2017, e a maior concentração dos alunos encontra-se nos níveis Elementar II e Básico, justificando, assim, essa ocorrência, uma equiparação entre proficiência e participação dos estudantes na avaliação. Por fim, no ano de 2019, como está representado no Gráfico 2, a proficiência média de 281,2 e a participação 95,1% dos estudantes demonstram um aumento considerável em relação aos anos anteriores, mostrando, então, uma movimentação positiva entre os fatores analisados.

Diante da análise do Gráfico 2, a cada ano, há um aumento na participação dos estudantes, que se refletirá nos resultados da Proficiência Média, tendo uma amplitude significativa. Esses resultados podem refletir a implementação das Políticas de Monitoramento e Incentivo pelo governo, como: acompanhamento sistemático das escolas que apresentam baixo rendimento no desempenho das habilidades e competências, com elevado índice de abandono ou reprovação; envolvimento da gestão

com a comunidade escolar para incentivar a permanência na escola; incentivo às práticas pedagógicas dos professores que priorizam a promoção de aprendizagem dos estudantes; criação de programas de correção de fluxo e política de responsabilização e o Bônus do Desempenho Educacional (BDE) (SANTOS; SILVA, 2019, p.318).

A seguir, será apresentada uma leitura, retirada da Revista do Sistema do SAEPE (PERNAMBUCO, 2019):

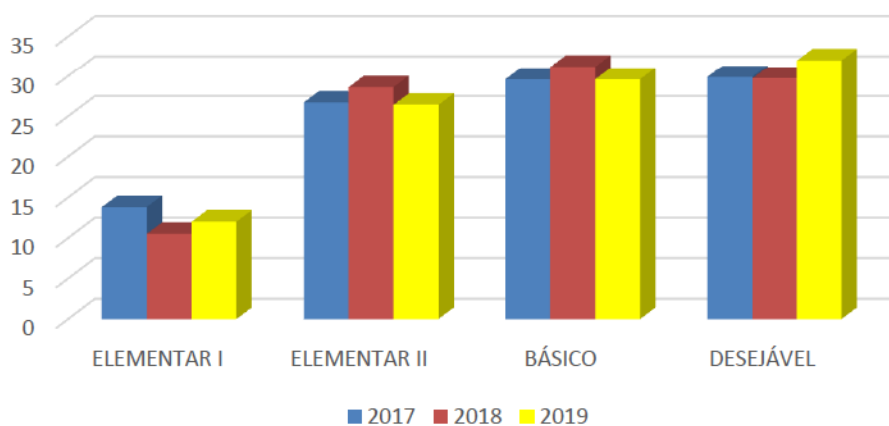
- No Padrão de desempenho Elementar I, no período de 2017 a 2019, com um percentual de 13.8%, 10.5% e 12%, significa que os estudantes estão deixando o ensino médio com aprendizagem insuficiente. Os dados demonstram um percentual ainda elevado, mas oscilante positivamente no período.
- No Padrão de desempenho Elementar II, concentram-se os estudantes que ainda precisam de reforço na aprendizagem; nos anos pesquisados temos 26.7%, 28.6%, 26.4%, variando negativamente com um aumento neste perfil em 2018, voltando a baixar em 2019.
- No Padrão de desempenho Básico, a concentração maior no Padrão de desempenho para o período foi de 29.6%, 31.2% e 29.6%, com o ano de 2018 apresentando uma elevação do índice em relação a 2017 e voltando o índice em 2019, mantendo o mesmo padrão de 2017; esses estudantes demonstraram, na avaliação, que possuem habilidades mínimas fixadas para a escolaridade.
- No Padrão de desempenho Desejável, os percentuais 29.9%, 29.7% e 32.0%, para o período pesquisado, são favoráveis, aumentando lentamente. Porém, sistematicamente, demonstra que esses estudantes atingiram as habilidades e competências exigidas para a escolaridade.
- O resultado geral da Proficiência Média para os anos de 2017 de (277.7), 2018 de (280.3) e 2019 de (281.2) é o nível Básico, e os pontos de corte vão de 270 a 305, na escala do SAEPE. Embora seja crescente a participação dos estudantes e o percentual do Padrão de Desempenho demonstre aprendizagens significativas, as metas não são superadas, sugerindo que ainda são necessários investimentos significativos para esta etapa da educação.
- Seguindo a referência adotada pelo SAEPE, de acordo com os Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco, que determina, para o 3º ano do ensino médio, os pontos de corte são: nos níveis Elementar I – até 225; Elementar II – de 225 a 270; Básico – 270 a 305, e o Desejável – acima de 305 (Padrões de Desempenho Estudantil em Língua Portuguesa – 2014, p. 18).

Essa leitura auxiliou na interpretação da análise comparativa dos anos de 2017, 2018 e 2019, trazendo uma melhor compreensão dos níveis de proficiência.

Para se entender melhor os resultados gerais da avaliação do SAEPE, pode ser feita uma observação de três Gerencias Regionais de Educação (GRES) que apresentaram melhores resultados e piores resultados para o período, relacionando a participação dos estudantes, padrão de desempenho e escala de proficiência.

No Gráfico 3, é apresentado o resultado geral do componente curricular Língua Portuguesa em relação ao percentual de estudantes por padrão de desempenho da rede estadual de Pernambuco, nos anos de 2017, 2018 e 2019, do 3º ano do Ensino Médio.

Gráfico 3 – Resultado geral do componente curricular Língua Portuguesa em relação ao percentual de estudantes por padrão de desempenho da rede estadual de Pernambuco nos anos de 2017, 2018 e 2019, do 3º ano do Ensino Médio.



Fonte: Revista do Sistema SAEPE: PERNAMBUCO, 2019, p.35

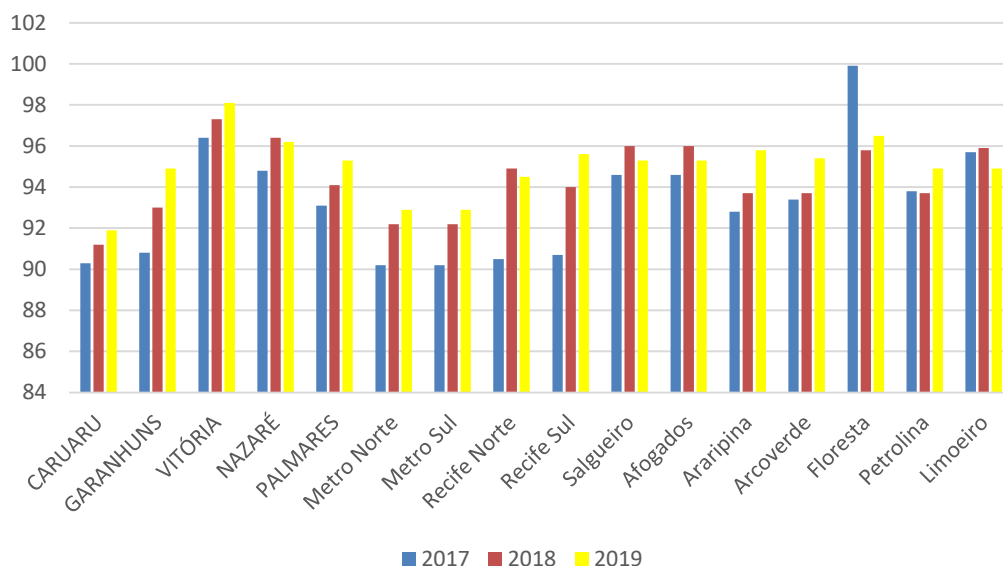
O resultado geral do Estado para o Padrão de Desempenho, de acordo com o Gráfico 3, demonstra que a rede tem um perfil Básico de sua escolaridade.

Ao destacarmos, no Gráfico 3, o percentual de estudantes, em relação ao padrão de desempenho nos diferentes níveis de classificação (Elementar I, Elementar II, Básico e Desejável), pode-se notar que os níveis Elementar II, Básico e Desejável apresentam uma equivalência de valores, quando comparados com os percentuais do nível Elementar I, que foi representado entre as escalas de 10,5 a 13,8, em que o menor percentual, neste nível, ficou para o ano de 2018, representado por 10,5, e o maior percentual ficou para o ano de 2017, no valor de 13,8.

Considerando o nível Elementar II, a partir do ano de 2017, passando pelo ano de 2018 e finalizando no ano de 2019, observa-se um aumento de percentual entre os anos de 2017 e 2018 (26,7 e 28,6 respectivamente); no ano seguinte (2019), ocorreu uma diminuição desse percentual, ficando em 26,4. No nível Básico, observou-se uma repetição de desenvolvimento para um aumento, quando analisamos os anos de 2017 e 2018 com percentuais nos valores de 29,6 e 31,2, e diminuição deste percentual para 29,9 no ano de 2019. No nível Desejável, pode-se notar que, em 2017, o percentual era de 29,9, ocorrendo uma diminuição no ano de 2018 (29,7), para em 2019 apresentar-se com um percentual de 32. Embora as maiores concentrações de estudantes estejam no nível Elementar II e Básico para o período, nota-se uma redução do Elementar II ano a ano, e uma concentração positiva de 2017 para 2019 nos níveis Básico e Desejável. Esse indicador pode ser considerado relevante, demonstrando que os estudantes estão melhor preparados ao concluírem o Ensino Médio em 2019.

A seguir, no Gráfico 4, é possível se obter uma visão mais clara desse cenário, trazendo o percentual de participação nas 16 Gerências Regionais de Educação (GREs) da Rede Estadual de Pernambuco durante o período estudado:

Gráfico 4 - Percentual de participação nas 16 GREs da Rede Estadual de Pernambuco nos anos de 2017, 2018 e 2019, em Língua Portuguesa, no 3º ano do Ensino Médio.

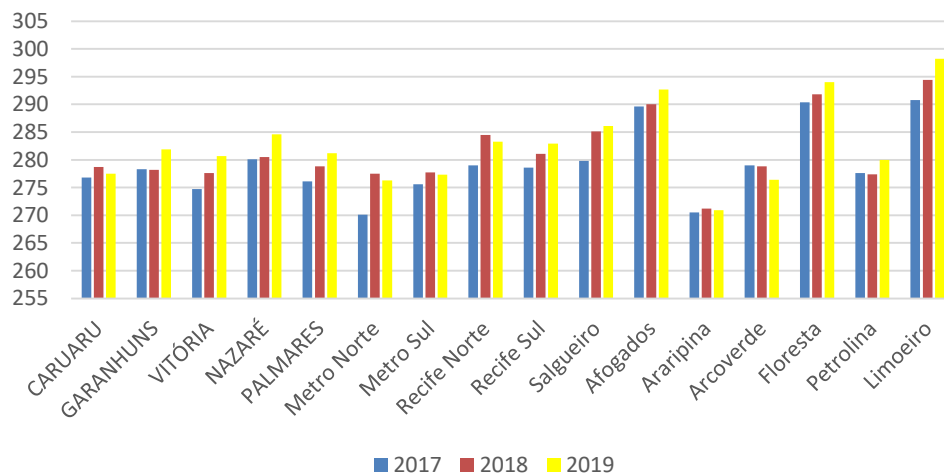


Fonte: Revista do Sistema SAEPE: PERNAMBUCO, 2019, p.34 e 35

Na análise do Gráfico 4, percebe-se a participação nas avaliações do SAEPE da GRE de Vitória que, em 2017, encontrava-se em segundo lugar, com percentual de 96,4. No ano de 2018, essa gerência ficou em 1º lugar, com percentual mais elevado na participação de 97,3, e que, no último ano de análise (2019), volta a ficar em 3º lugar, com 96,2. A GRE de Floresta, que em 2017 apresentou o maior percentual de participação, ficando em 99,9, no ano de 2018, atinge 95,8 percentuais, ficando abaixo da GRE de Vitória, volta a crescer em 2019, com participação em 96,5 percentuais. Essas gerências regionais mostram um maior número de estudantes avaliados no período. A GRE de Caruaru tem o percentual mais baixo de participação para o período, ficando em 2017, com 90,3 e, em 2018, com 91,9; em 2019, com 91,9 percentuais, embora observe-se uma crescente evolução ano a ano.

No Gráfico 5, abaixo, é apresentado o resultado da proficiência média nas 16 Gerências Regionais de Educação (GRE) da rede Estadual de Pernambuco nos anos de 2017, 2018 e 2019, em Língua Portuguesa, no 3º ano do Ensino Médio.

Gráfico 5 – Resultado da proficiência média nas 16 Gerências Regionais de Educação (GRE) da Rede Estadual de Pernambuco nos anos de 2017, 2018 e 2019, em Língua Portuguesa, no 3º ano do Ensino Médio.



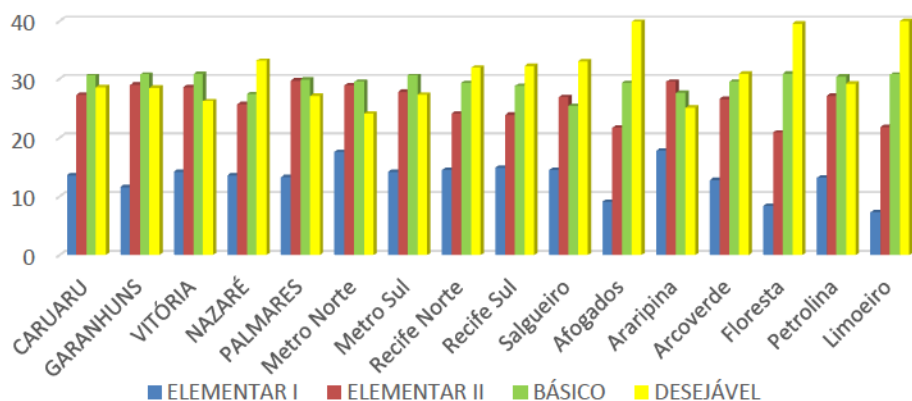
Fonte: Revista do Sistema SAEPE: PERNAMBUCO, 2019, p.34 e 35

A Proficiência Média foi analisada nas 16 GREs, seguindo a referência adotada pelo SAEPE, citada na página 17, destacando-se as gerências de Limoeiro, de Floresta e de Afogados, nos anos de 2017, 2018 e 2019, selecionados para este estudo. A GRE de Limoeiro se destacou em todos os anos com proficiência média nos valores de 290,8; 290,4 e 298,2 respectivamente; em seguida, podemos destacar a GRE de Floresta com os índices de 290,4; 291,8 e 294, e por fim, a GRE de Afogados, apresentando seus valores 289,6; 290 e 292,7. As GREs citadas apresentaram um crescimento nesses valores, nos referidos anos de análise. Destaca-se aqui que, embora a participação dos estudantes esteja abaixo dos 96% (Gráfico 4), a proficiência das GREs Afogados e Limoeiro é alta, em comparação com a GRE Vitória, que apresenta uma elevada participação, porém, uma proficiência abaixo dos 280.0 pontos, conforme análise do Gráfico 5. Entretanto, a GRE de Vitória apresenta uma maior concentração de participação dos estudantes no padrão de desempenho, a saber: em 2017, Elementar II 28,6 e Básico 31,0; em 2018, Elementar II 31,5 e Básico 31,7; no ano de 2019, Elementar II 31,1 e Básico 30,5, que se reflete na proficiência média de 280,7, indicando a necessidade de intervenções pedagógicas eficientes para melhorar os níveis.

Duas destas GREs encontram-se na região do Sertão – Afogados e Floresta – e Limoeiro situa-se no Agreste (Gráfico 5).

No Gráfico 6, é possível ver o percentual de estudantes por padrão de desempenho em Língua Portuguesa, do 3º ano do Ensino Médio, nas Gerências Regionais da Rede Estadual de Pernambuco, correspondente ao ano de 2017.

Gráfico 6 - Percentual de estudantes por padrão de desempenho em Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio, nas Gerências Regionais da Rede Estadual de Pernambuco, correspondente ao ano de 2017.

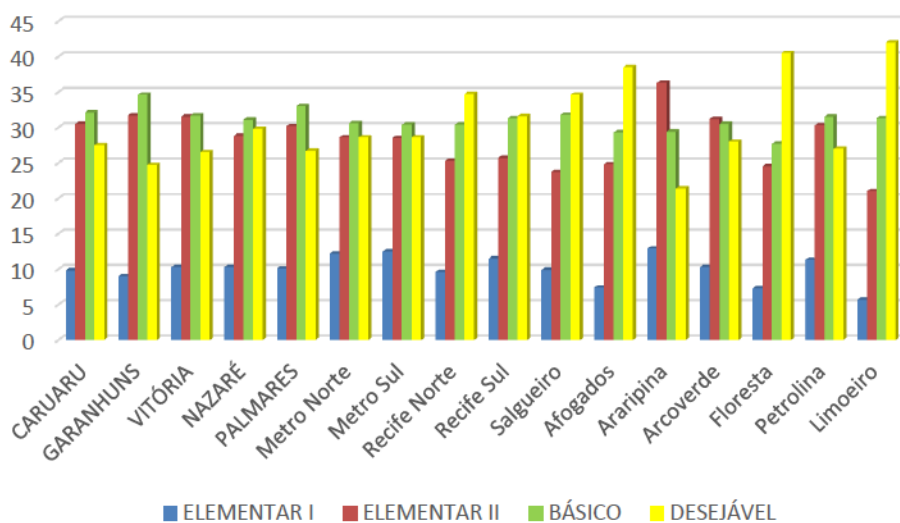


Fonte: Revista do Sistema SAEPE: PERNAMBUCO, 2019, p.34 e 35

Na análise do Gráfico 6, pode-se observar que o nível Básico, para o ano de 2017, relacionado ao percentual de participação dos estudantes por padrão de desempenho, é o que aparece com maior frequência em 8 Gerências Regionais: Caruaru, Garanhuns, Vitória, Palmares, Metro Norte, Metro Sul e Petrolina. A GRE de Araripina mostra-se com o nível Elementar II, destacando-se entre os demais níveis com um percentual de 29,5. As GREs de Afogados, Floresta e Limoeiro estão com uma boa representação no nível Desejável, destacando-se com os percentuais de 39,9; 39,6 e 40 respectivamente. Neste caso, pode-se entender que o padrão desempenho Desejável, dos estudantes, refletiu favoravelmente na proficiência média das referidas GREs.

Na sequência, é apresentado, no Gráfico 7, o percentual de estudantes por padrão de desempenho em Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio, por Gerências Regionais da Rede Estadual de Pernambuco, correspondente ao ano de 2018.

Gráfico 7 – Percentual de estudantes por padrão de desempenho em Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio, por Gerências Regionais da Rede Estadual de Pernambuco correspondente ao ano de 2018.



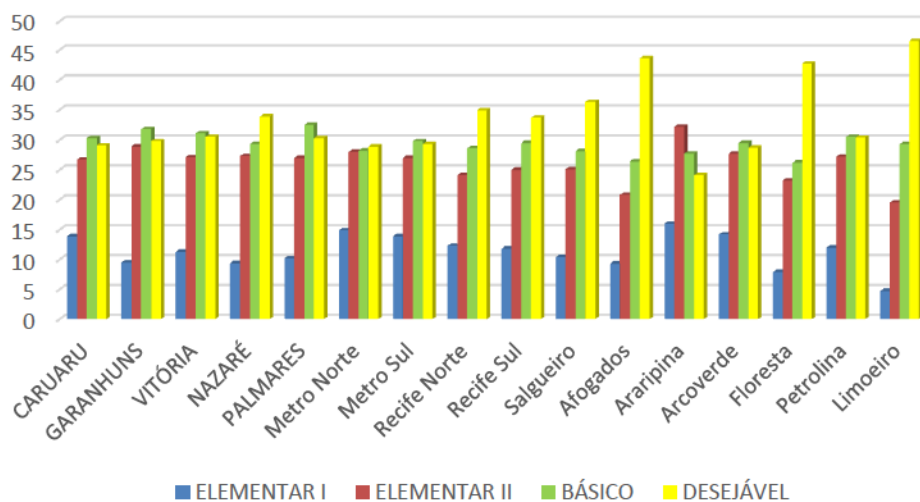
Fonte: Revista do Sistema SAEPE: PERNAMBUCO, 2019, p.34 e 35

No Gráfico 7, a representação do percentual de participação dos estudantes para o ano de 2018, nas GREs de Caruaru, Garanhuns, Vitória, Nazaré da Mata, Palmares, Metro Norte, Metro Sul e Petrolina, ficaram mais evidentes no nível Básico. Novamente, a GRE de Araripina continuou apresentando, como maior nível, o Elementar II, com percentual de 36,6. As GREs de Limoeiro, Floresta e Afogados, numa ordem de classificação no nível Desejável, destacam-se com os percentuais de 42; 40,5 e 38,5 respectivamente. As GREs Recife Norte (Região Metropolitana) e Salgueiro (Sertão) vêm em seguida, com o nível Desejável, e os percentuais de 34,7 e 34,6 respectivamente.

Nota-se, portanto, que a maioria das GREs apresenta uma concentração ainda muito forte de estudantes nos padrões de desempenho dos níveis Elementar II e Básico. As três regionais que se destacam estão com padrão de desempenho Básico e Desejável, o que não eleva a proficiência média no Estado, embora a participação dos estudantes nas avaliações supere o percentual de 90%, indicando a importância desse processo avaliativo para a melhoria da educação em Pernambuco.

Por fim, considerando a série histórica adotada, no Gráfico 8 é apresentado o percentual de estudantes por padrão de desempenho em Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio, nas Gerências Regionais da Rede Estadual de Pernambuco, correspondente ao ano de 2019.

Gráfico 8 – Percentual de estudantes por padrão de desempenho em Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio, nas Gerências Regionais da Rede Estadual de Pernambuco, correspondente ao ano de 2019.



Fonte: Revista do Sistema SAEPE: PERNAMBUCO, 2019, p.34 e 35

No Gráfico 8, é possível observar que, no nível Básico, as GREs de Caruaru, Garanhuns, Vitória, Palmares, Metro Sul, Arcoverde e Petrolina são as que apresentam esse nível como o mais elevado. O maior percentual apresentado pela GRE de Araripina, continua sendo o Elementar II, no valor de 32,2 para o percentual de padrão de desempenho por estudantes. As GREs de Limoeiro, Afogados e Floresta, numa

ordem de classificação das melhores no nível Desejável, destacaram-se com os percentuais de 46,5; 42,7 e 43,6 respectivamente.

As GREs que obtiveram melhores resultados na avaliação do SAEPE, para este período, foram Afogados da Ingazeira, Floresta e Limoeiro, com níveis bem satisfatórios em relação aos demais, cujo padrão de desempenho está entre 30% para o nível Básico e 40% para o nível Desejável. A participação dos estudantes entre 95% e 99% (que ocorreu em Floresta em 2017) e a proficiência média com 289,6 a 298,2 (para a GRE de Limoeiro em 2019), mostrando uma elevação crescente para o período dessas GREs, permanecendo com o nível Básico apenas por ainda não atingirem os 305 pontos estipulados pelo SAEPE.

Diante da análise desses resultados, a avaliação do SAEPE aponta alguns entraves, já que o Estado adota a política de responsabilização; então, devem ser considerados o fluxo dos alunos e a distorção idade-série. Segundo Fernandes e Gremaud (2009, p. 18), essa política “focada no desempenho dos estudantes em exames externos é o de agravar os problemas de repetência e evasão”, também pode “coibir a reprovação indiscriminada como a prática de aprovar alunos que nada aprenderam”, daí um crescimento lento no padrão de desempenho dos estudantes ano a ano.

No entanto, pode-se dizer que o estado de Pernambuco vem promovendo ações que trazem garantias para a melhoria da educação básica. Contudo, ainda assim, é necessário muito investimento para que se alcance o patamar desejável para 2021.

Incentivar a gestão escolar com a compreensão e estudos sistemáticos dos resultados das avaliações, a promoção de formação continuada para professores, educadores de apoio e gestores no apoio pedagógicos que busquem práticas em sala de aula compatíveis com as necessidades dos estudantes e que estejam de acordo com os referenciais curriculares (Matriz de descritores, BNCC e Diretrizes Curriculares) que orientam e fundamentam a educação no Brasil e, em particular, Pernambuco, podem ser alguns dos investimentos necessários para se atingir o objetivo de alcançar uma aprendizagem significativa na educação básica.

Alguns trabalhos pesquisados reforçam a importância das formações como uma possibilidade de avanço no alcance das metas. Damos, como exemplo, Sousa (2016) que trabalhou com textos argumentativos e reflexivos sobre as práticas pedagógicas no ensino fundamental, em sua Dissertação de Mestrado, reforçando a ideia de que os estudantes contemplados nos projetos serão reflexo de uma avaliação positiva no 3º ano do ensino médio. Também Souto (2013, p.133), em seu trabalho, vem ratificar a ideia de que os “saberes mobilizados pela formação continuada trazem significativas contribuições para ressignificação da prática dos professores”. Assim, a Formação Continuada de Professores pode ser um caminho a ser trilhado na busca de uma melhoria na qualidade da educação e seus resultados.

As avaliações de larga escala, promovidas pelos estados e municípios com o intuito de melhor diagnosticar suas dificuldades e acertos, consolidam sua relevância no trabalho de Lopes (2017) sobre a avaliação do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE, em que é analisada a importância desse sistema para identificar e ressignificar a avaliação no estado de Minas Gerais, inspirando o trabalho em pauta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender os efeitos da avaliação em larga escala, neste caso, do SAEPE, foram analisados os dados e a evolução dos resultados apresentados nos anos

de 2017, 2018 e 2019, tomando como referência o 3º ano do ensino médio, no componente curricular de Língua Portuguesa. Os dados utilizados foram coletados na plataforma do SAEPE, nas revistas mantidas pelo sistema, evidenciando os resultados gerais da participação dos estudantes, proficiência média e padrão de desempenho.

A educação básica para os estudantes do estado de Pernambuco, no período analisado, encontra-se no nível Básico do padrão de desempenho referido; mesmo apresentando uma participação nas avaliações acima dos 90%, a proficiência média mais elevada é de 292,7 pontos (ano 2019), não ultrapassando os 305 pontos para atingir o nível Desejável, que indica uma educação de melhor qualidade.

O período pesquisado é restrito diante das implicações pedagógicas que demandam um curso de especialização, pois, em Educação, é necessário um período maior de pesquisa, estudo e apreciação do tema para que se alcancem acertos significativos e uma maior compreensão dos problemas que permeiam a situação. No entanto, diante de uma qualidade e quantidade significativa de informações, é possível perceber a situação atual e as perspectivas de melhora com a implementação de políticas públicas pelo governo do Estado, que vem obtendo resultados valiosos nas avaliações, mesmo não alcançando as metas para 2021.

Seria importante resgatar, atualizar e manter uma ação de formação contínua, do modelo que já foi vivenciado no Estado em 2010, cujos resultados foram positivos, refletindo diretamente na prática pedagógica dos professores e nas avaliações externas. Isso pode ser constatado atualmente, já que os estudantes do ensino médio, que estão sendo avaliados pelo sistema, são oriundos dessa política que atendeu a todos os níveis da educação básica e hoje incide nos resultados das avaliações.

Embora reconhecendo a implementação de políticas públicas que colaboram com a melhoria da educação no estado de Pernambuco, recomenda-se, neste trabalho, uma atenção especial, dos órgãos competentes, para a Educação Básica. As políticas de incentivo, a exemplo de formação continuada para os professores, devem incluir todos os componentes curriculares, e não apenas os de Língua Portuguesa e Matemática. Tais resultados permitem observar que, para se estabelecer competências e habilidades nas soluções de problemas, os indivíduos precisam se apropriar de saberes e conhecimentos diversos, que vão além daqueles testados pelo sistema de avaliação – SAEPE – sobre o qual esta pesquisa centra o foco.

5 - REFERÊNCIAS

BLASIS, Eloisa de. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. **Cadernos Cenpec/São Paulo/ v.3/n.1/p.251-268/jun.2013.**

BOF, Alvana Maria. **A aprendizagem dos alunos e os desafios do PNE.** Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 30 p. 2016.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação de educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola, **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.2, p 373-388, abril/jun.2012.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; OLIVEIRA JUNIOR, Rafael Gabriel de. Sistema de avaliação e rendimento escolar do estado de São Paulo: uma abordagem na linha do tempo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Básica**, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em:

<http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/23/21>. Acesso em: 09 abr. 21.

DALMEIDA, Suellen EL K. **Avaliação: concepção e reflexão sobre a prática**. Faculdade Campos Eliseos – Institucional Educar – FCE, Disponível em: <https://fce.edu.br/blog/avaliacao-concepcao-e-reflexao-sobre-a-pratica/>. Acesso em: 20 jan. 21.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas, In: Veloso, F. et al. (Org.). *Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 213-238. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237657219_Qualidade_da_Educacao_Avaliacao_indicadores_e_metas. Acesso em: 15 fev. 21.

FRANCO, Karla Oliveira; CALDERÓN, Adolfo Ignacio. O SIMAVE À LUZ DAS TRÊS GERAÇÕES DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Est. Aval. Educ.* São Paulo, v. 28, n. 67, p. 132-159, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/3826/3345>. Acesso em: 09 abr. 21.

LOPES, Jeane Vieira. **Sistema mineiro de avaliação da educação pública: caracterização e trajetória**. Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156486/000898390.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 21.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Histórico sobre as avaliações e exames educacionais do SAEB**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 21 jan. 21.

NETO ALEXANDRE, Manoel Moraes de O. **Sistema de Avaliação da Educação Básica no Brasil**. Consultoria Legislativo da Área XV Educação, Cultura e Desporto. Câmara dos Deputados – DF. 18p. Maio/2015. Disponível em https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/23019/sistemas_avaliacao_alexandre.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 21 jan. 21.

PERNAMBUCO. SAEPE - Plataforma de avaliação e monitoramento para o Sistema de Avaliação da Educação Básica. **Revista do Sistema**. 2019. Disponível em: https://avaliacaoemontoramentopernambuco.caeddigital.net/resources/arquivos/colecoes/SAEPE_2019/PE%20SAEPE%202019%20RS%20WEB.pdf. Acesso em: 10 fev. 21.

PERNAMBUCO. SAEPE - Plataforma de avaliação e monitoramento para o Sistema de Avaliação da Educação Básica. **Revista do Sistema**. 2018. Disponível em: https://avaliacaoemontoramentopernambuco.caeddigital.net/resources/arquivos/colecoes/SAEPE_2018/PE%20SAEPE%202018%20RS.pdf. Acesso em: 10 fev. 21.

PERNAMBUCO. SAEPE - Plataforma de avaliação e monitoramento para o Sistema de Avaliação da Educação Básica. **Revista do Sistema**. 2017. Disponível em: <https://avaliacaoemmonitoramentopernambuco.caeddigital.net#!/colecoes>. Acesso em: 10 fev. 21.

PERNAMBUCO. SAEPE - Plataforma de avaliação e monitoramento para o Sistema de Avaliação da Educação Básica. **Revista do Sistema**. 2014. Disponível em: <https://avaliacaoemmonitoramentopernambuco.caeddigital.net#!/programa>. Acesso em: 09 abr. 21.

PERNAMBUCO. SAEPE - Plataforma de avaliação e monitoramento para o Sistema de Avaliação da Educação Básica. **Revista do Sistema**. 2011. Disponível em: <https://avaliacaoemmonitoramentopernambuco.caeddigital.net#!/programa>. Acesso em: 27 jan. 21.

PERNAMBUCO. SAEPE - Plataforma de avaliação e monitoramento para o Sistema de Avaliação da Educação Básica. **Boletim do Sistema de Avaliação**, SAEPE, 2010, v. 1, p. 14 Disponível em: http://www.saepe.caeduff.net/wp-content/uploads/2016/05/BOLETIM_SAEPE_VOL1_2010.pdf. Acesso em: 27 jan. 21.

SANTOS, Maria Lucivânia SOUZA dos; SILVA, Katharine Ninive Pinto. O Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (SAEPE) Qualidade da Educação Básica. Universidade Federal de Pernambuco; **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 1, p. 309-334, jan./abr. 2019.

SOUTO, Maria de Fátima dos Santos. **Formação Continuada: saberes mobilizados pela sequência didática o olhar no Programa de Formação do Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Instituto de Educação. Lisboa, p. 185. 2013, Disponível em: https://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/4832/1/Maria_Fatima_Souto_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 19 jan. 21.

SOUZA, Laeiglea Bezerra de. **O trabalho com textos argumentativos no nono ano: da avaliação externa à reflexão sobre as práticas escolares**. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) –Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras. Garanhuns – PE, p. 151. 2016. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/8065/2/Laeiglea%20Bezerra%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 19 jan. 21.

AGRADECIMENTOS